



Fundação Universidade Federal de Rondônia
Departamento de Educação Intercultural

XII Seminário de Educação - SED
23 a 25 de Outubro em Ji-Paraná-RO

Resistência Originária
Povos indígenas e Paulo Freire

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

UNIVERSIDADE E RESISTÊNCIA ORIGINÁRIA:
“TODOS JUNTOS SOMOS FORTES, SOMOS FLECHA E SOMOS ARCO”

Josélia Gomes NEVES ¹

A Conferência de Abertura, intitulada, Universidade e Resistência Originária: “Todos juntos somos fortes, somos flecha e somos arco”, foi proferida no dia 23 de outubro de 2019, das 19 às 22 horas, no âmbito do XII Seminário de Educação (SED) - Resistência Originária: Povos Indígenas e Paulo Freire, na cidade de Ji-Paraná (RO).

A abertura oficial do XII SED foi muito especial. O cerimonial cuidadosamente organizado Pela Profa. Mestra Nádia Cristina Rodrigues da Conceição de Toledo contou com a participação de Milton Ting Terói Arara e Nagela Braga Mendes Borges do Povo Wajuru que saudaram os presentes, informaram seu principal objetivo: Discutir a importância da Licenciatura Intercultural como possibilidade de resistência indígena.

A equipe do cerimonial fez a apresentação do conferencista Prof. Dr. André Luiz de Figueiredo Lázaro, da conferencista e liderança Indígena Valdenilda Coiryn Massaca, do mediador e liderança Indígena Samuel Tupari e eu, Profa. Dra. Josélia Gomes Neves.

¹ Doutora em Educação Escolar. Professora Associada da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Docente do Departamento de Educação Intercultural da UNIR, *Campus* de Ji-Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA). E-mail: joseliagomesneves@gmail.com; joselia.neves@pq.cnpq.br.

Enfocamos a característica intercultural da Conferência por meio dos componentes da mesa e dos desafios para a realização do evento que ocorreu em função das ajudas interinstitucionais e pessoais, já que não contou com financiamento público.

Lembramos que a participação do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA), Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) e outros coletivos de estudo do Campus de Rolim de Moura, Vilhena e dos Programas de Pós-Graduação na área de Educação Escolar e Psicologia do Campus de Porto Velho, é que tem sistematizado anualmente os Seminários de Educação (SED) que se encontram em sua 12ª edição.

Mesmo diante de obstáculos o SED tem assumido seu compromisso de se constituir como espaço de disseminação do conhecimento no interior do estado de Rondônia. A canção do Ivan Lins, “Novo Tempo”, traduz um pouco destes sentimentos: “No novo tempo, apesar dos perigos, a gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça, pra sobreviver, pra sobreviver, [...]”. E foi lembrada, porque, para algumas mentalidades obscuras, um encontro como esse, pensado especialmente neste ano para dizer a sociedade amazônica que a Licenciatura Intercultural do Campus de Ji-Paraná completou 10 anos de existência pode ser considerado uma ‘balburdia’.

Além da data, os ataques que os Povos Indígenas têm sofrido de forma mais intensiva a partir do início do governo Bolsonaro representaram dois importantes elementos mobilizadores para a sua realização. Assim, inspirados nas múltiplas formas de Resistência Originária e em Paulo Freire, o educador da liberdade ousamos discutir interculturalidade indígena e educação crítica. A leitura da “Terceira carta, do assassinato de Galdino Jesus dos Santos - índio Pataxó”, do livro “Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos de Paulo Freire”, abriu a Conferência:

‘Que coisa estranha, brincar de matar índio, de matar gente. Fico a pensar aqui, mergulhado no abismo de uma profunda perplexidade, espantado diante da perversidade intolerável desses moços desgenticando-se, no ambiente em que *decreceram* em lugar de *crescer*.’ Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó, que dormia tranqüilo, numa estação de ônibus, em Brasília. Disseram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha. Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem

queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para sua crueldade e seu gosto da morte, o índio não era um *tu* ou um *ele*. Era *aquilo*, *aquela coisa* ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva. (FREIRE, 2000, p. 31)².

Não tem como não se aproximar da indignação e da profunda tristeza que Paulo Freire sentiu diante da violência brutal cometida contra Galdino Pataxó, que estava naquele abril indígena na capital federal com outras lideranças discutindo demandas de suas comunidades. Um episódio classista e etnocida que evidenciou de forma escancarada as violações a que estão sujeitas as camadas subalternizadas deste país, principalmente os “primeiros habitantes do Brasil”. Uma narrativa oca denunciada há tempos pelas etnias e problematizada pelas ações afirmativas por meio da Lei 11.645/2008 que estabeleceu na pauta curricular o estudo da História e das culturas indígenas e afrodescendentes. E é nessa perspectiva que entendemos ser urgente e necessário afirmar o espaço acadêmico como possibilidade de elaboração de outros conhecimentos.

1 André Luiz de Figueiredo Lázaro – Universidade e Resistência Originária

O Conferencista André Luiz de Figueiredo Lázaro apresentou-se um educador e gestor que atuou no Ministério da Educação nas gestões do governo Lula e Haddad. Recomendou a importância do cuidado com a saúde mental frente à violência que se evidencia no país e que atinge principalmente os povos indígenas. Alertou os presentes que o projeto político em curso no país não é comandado por amadores e que há inclusive financiamento para produzir provocações, um grupo de pessoas que não fazem parte das questões defendidas neste encontro. Não há fronteiras ou limites entre legalidade e ilegalidade, verdade ou mentira. Reafirmou que não é possível ser indiferente diante das desigualdades sociais, que devem ir além da dimensão individual uma vez que é preciso alcançar as instituições.

O momento atual representa um contexto de aprendizagem diante de uma visão de mundo excludente e perguntou: qual é o nosso papel neste momento diante da brutalidade que atinge os Povos indígenas? A partir das reflexões de Davi

² FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Kopenawa, que interpreta as sociedades não indígenas como o “povo da mercadoria”, questionou o modelo da acumulação, que possuímos coisas mas que não damos conta de usar, uma apropriação exagerada vai na contramão do modo de viver indígena, ocasião que faz a leitura do livro “Ideias para adiar o mundo” de um pensador indígena:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (2019, KRENAK, p. 13)³.

André Lazaro afirmou que há uma história para ser contada que a Licenciatura intercultural está fazendo emergir. E que é importante pensar como essa história está se constituindo agora e que outro mundo possível ela vislumbra? Retomando o tema da sua fala, “Universidade e Resistência Originária” relembrou as origens do surgimento da universidade, uma instituição para poucos. Assim está longe de ser um espaço acolhedor na perspectiva inclusiva de mundo que se deseja, pois as instituições universitárias também no Brasil nascem e estão marcadas para serem instrumentos de classe e de oferecer ao mundo uma visão única, branca, ocidental e cristã. O evento de comemoração dos dez anos do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR – Campus de Ji-Paraná, aponta nessa direção: “Maravilha que sejam dez anos, mas que pena, dez anos, era pra ser mais tempo!”.

Refletiu que de forma contraditória, ela precisa manter o discurso da liberdade do ingresso e neste paradoxo é possível instalar a disputa política que tensiona a necessidade de outras narrativas. A Universidade é importante em função das descobertas que faz, ultrapassa limites, produz visibilidades. Entende que este dilema está presente na Educação Escolar Indígena, um modelo de educação que

³ KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

surgiu para fortalecer os projetos de desindianização por meio do amordaçamento das diferenças, domesticação dos corpos, silenciamento das línguas. Mas os Povos Indígenas perceberam isso e problematizaram essas concepções do “povo da mercadoria” e por meio da mediação da docência indígena, da veiculação das línguas e da defesa dos conteúdos relacionados às práticas culturais no ambiente escolar.

Destacou alguns avanços na Educação Escolar Indígena, como os artigos constitucionais, ensino na língua, a valorização dos processos próprios de aprendizagem, os territórios etnoeducacionais, este último por articular educação ao debate territorial como elementos inseparáveis. Concluiu sua fala, discutindo a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os interesses educacionais indígenas, a partir das reflexões de Gersem Baniwa:

As escolas indígenas e quilombolas terão no seu núcleo comum curricular suas línguas, saberes e pedagogias, além das áreas de conhecimento, das competências e habilidades correspondentes, de exigência nacional da BNCC [...]. A BNCC não deve ser imposta e aplicada automaticamente às escolas indígenas. Permanece, portanto, o direito dos povos indígenas de, fazendo uso de sua autonomia, adotar a norma parcial ou integralmente ou não adotá-la, respeitando-se, de um lado, o princípio da cidadania plena dos índios [...]. Isso significa que a Base Curricular de uma escola indígena continuará sendo o que a comunidade decidir como de seu interesse ou o que corresponder aos planos coletivos de vida, às culturas, às tradições, aos saberes, às línguas, aos valores, aos modos de vida, além, claro, dos conhecimentos científicos e técnicos do mundo do branco que lhe sejam relevantes. [...]. (BANIWA, 2019, p. 52)⁴.

A partir da leitura deste fragmento, André Lázaro, lembrou as contribuições de Paulo Freire sobre a importância da humanização. E que é importante a atenção para as distintas proposições existentes sobre o ser humano, que não pode se limitar ao “povo da mercadoria”, conforme aponta Davi Kopenawa. Por fim, que cabe aos estudantes indígenas buscar respostas para lidar com este tempo a partir “da recuperação de outras humanidades”, possivelmente existentes em suas próprias tradições. Infere que há algo no passado que talvez possa contribuir para a questão:

⁴ BANIWA, Gersem. BNCC e a diversidade indígena: desafios e possibilidades. In: SIQUEIRA, Ivan Cláudio Pereira. (org.). **BNCC**: educação infantil e ensino fundamental. São Paulo: Fundação Santillana, 2019.

Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. [...]. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 2005, p. 65)⁵.

Com essa leitura lembrou a tentativa de retirar o título de Patrono da Educação de Paulo Freire, evidenciando que o ataque das forças conservadoras não se limita ao presente mas se empenha em destruir o passado por meio das memórias dos referenciais de luta. Concluiu que para além da humanização pensada pela modernidade, é preciso vigilância capacitação, mobilização e determinação pela autonomia: “Viva a resistência indígena”.

2 Valdenilda Coiryn Massaca – Mulher Indígena e seus conflitos internos e externos

O Brasil foi “inventado” a partir das dores de suas mulheres e é importante não esquecermos esta história para podermos olhar de frente para nosso passado e aprendermos com ele. O Brasil precisa se reconciliar com sua história; aceitar que foi “construído” sobre um cemitério. Apenas dessa forma saberemos lidar com criatividade sobre a verdadeira história de como “minha avó foi pega a laço”. Daniel Munduruku

A fala da liderança Indígena Valdenilda Coiryn Massaca tratou do tema “Mulher Indígena e seus conflitos internos e externos”. Pediu as lideranças indígenas para não se sentirem ofendidas com suas colocações sobre o assunto, pois a apresentação que preparou foi sistematizada a partir de fatos que efetivamente estão no dia a dia das comunidades observadas em seu trabalho na Coordenadoria de Apoio aos Povos indígenas. Solicitou a atenção, sobretudo das estudantes indígenas presentes por que entende que seu ingresso na universidade não foi fácil que envolveu disputa com os homens e que a reflexão poderá contribuir em seus processos formativos.

⁵ BENJAMIN, Walter. Teses Sobre o Conceito da História. In: LÖWY, Michael. Alarme de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

No âmbito interno a violência contra a mulher indígena se manifesta de várias formas: através da falta de igualdade entre homens e mulheres indígenas já que grande parte das decisões estão centralizadas nas mãos dos homens lideranças indígenas, sendo pouco perceptível a participação das mulheres nestes processos. De igual modo, refletiu que poucas mulheres ocupam cargos considerados importantes em órgãos públicos na área de educação e saúde ou como conselheiras, às vezes só há homens estes espaços.

Há a violência doméstica nas aldeias, algo ainda invisibilizado no debate indígena. E que muitas vezes as famílias naturalizam essas agressões, interpretando como atos próprios da cultura, mas não é cultura. Citou também as violências decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas nas comunidades, os abusos sexuais, psicológicos, discriminação contra as mulheres, mães solteiras, bem como, as atitudes abusivas contra os idosos principalmente no que se refere aos recursos da aposentadoria. A existência de abusos por parte de madeireiros e garimpeiros que em algumas comunidades se casam com mulheres indígenas, uma estratégia para a apropriação dos recursos naturais, como o roubo de madeira e a extração de minérios, por exemplo. E quando as lideranças impedem, acabam abandonando as mulheres, em algumas situações grávidas ou com filhos. Existem abusos contra as meninas e as mulheres indígenas que não são denunciados e investigados por parte de funcionários públicos e de forma geral a voz da mulher indígena não é ouvida ou considerada.

Em relação à violência contra a mulher indígena nos espaços externos, ela se manifesta através dos estupros dos assédios moral e sexual, estes dois últimos muitas vezes, nem sempre são identificados como violação de direitos. Que passou por essa situação e nem sabia que era uma violência. Às vezes em função de envolvimento com não indígenas, as mulheres se deslocam para a cidade e acabam sofrendo situações de estupros e assédios. Que quando assumem determinados cargos sofrem assédios e mesmo quando denunciam não podem contar com o apoio das lideranças, que até ameaçam de retirá-las dos cargos.

A falta de espaço para as mulheres nas universidades e como representantes de mulheres indígenas em diferentes conselhos. Há a violência política expressa pelo Estado brasileiro através das Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) que

estão diretamente ligadas ao território e impactam negativamente a vida das mulheres, como a PEC da Mineração, grilagem, arrendamento e outras, por exemplo. Nestas situações não há o acesso das mulheres aos processos de consulta prévia e informada.

Assim as situações de violência contra a mulher indígena acontecem dentro das comunidades e também fora das aldeias, nos diversos espaços urbanos. É um assunto que não pode ficar mais invisibilizado, assim deve ser discutido tanto nas pautas do movimento indígena com na pauta curricular da Universidade.

Após as falas de André Lázaro e Valdenilda Karitiana, Samuel Tupari cumprimentou os presentes ressaltando a importância do evento e da educação escolar indígena na universidade. Coordenamos as participações dos presentes no debate e após estas inserções a conferência foi finalizada.